

Críticas à bancada rural

GAZETA MERCANTIL

por Raquel Stenzel
de São Paulo

49 MAI 1986



Pedro de Camargo
Neto

Entidades representativas do setor agrícola estão descontentes com a forma como estão sendo encaminhadas as negociações entre governo e bancada ruralista em torno do endividamento agrícola. Hoje, em Brasília, a Sociedade Rural Brasileira promove uma reunião para tentar unir os produtores em torno de uma proposta, que será levada posteriormente aos parlamentares. À tarde, a bancada ruralista tem encontro com o governo para discutir a questão e a partir daí decidirá se mantém ou não a obstrução da votação da Medida Provisória nº 482, que cria a Unidade Real de Valor. (URV)

Desde o ano passado, o setor produtivo ficou à margem das negociações entre governo e Congresso Nacional sobre a inadimplência do setor. Esta desarticulação da iniciativa privada acabou refletindo

na bancada ruralista, que não tem uma posição única para defender.

“A culpa da desarticulação é nossa, dos produtores, pois os parlamentares não podem adivinhar o que o setor quer”, avalia o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Pedro de Camargo Neto.

O principal ponto de dis-

córdia entre governo e setor — e que acabou prejudicando por diversas vezes a votação da MP — é o descasamento ocorrido entre os índices de correção das dívidas agrícolas e dos preços mínimos por ocasião do Plano Collor I. Na opinião de Pedro de Camargo Neto, até o momento não se chegou a um acordo sobre esta questão, porque ela está sendo negociada de maneira uniforme. “O descasamento ocorreu de forma diferente, e assim deve ser tratado”, disse.

Parte da bancada ruralista está firme na disposição de não reconhecer a dívida decorrente do descasamento. Alguns mais moderados, no entanto, aceitaram discutir a forma de pagamento desse descasamento. Essa mesma divergência existe na iniciativa privada, reconhece Camargo Neto. Por essa razão, entende, será muito difícil unir na reunião de hoje todo o setor em torno de uma proposta. “Começamos a discutir muito tarde”, afirma.

Camargo Neto identifica duas posições diferentes: a dos rizicultores gaúchos, que preferem não negociar com o governo, pois estão lutando na Justiça para não pagar a dívida decorrente do descasamento, e dos sojicultores do Centro-Oeste, que dependem das negociações para saldar seus débitos.

Camargo Neto também teme que as negociações estejam sendo prejudica-

das por este ser um ano eleitoral. Isso porque os parlamentares preferem não adotar uma posição mais mediadora, cedendo em alguns pontos, com medo da reação nas urnas de suas bases eleitorais.

O presidente nacional do PMDB, deputado Luís Henrique (SC), disse ontem que o resultado das prévias do partido, no final de semana, não terá influência sobre o comportamento do PMDB na votação da Medida Provisória nº 482, que criou a URV, prevista para hoje. Segundo ele, a maioria do partido deve votar a favor da aprovação da medida. “O PMDB não apóia apenas o governo, mas o País, e não haveria outro plano para se colocar em prática se este não fosse aprovado”, disse ele. O candidato eleito nas prévias, Orestes Quércia, defende a rejeição da medida e a saída do PMDB do governo.

(Ver página 7)